

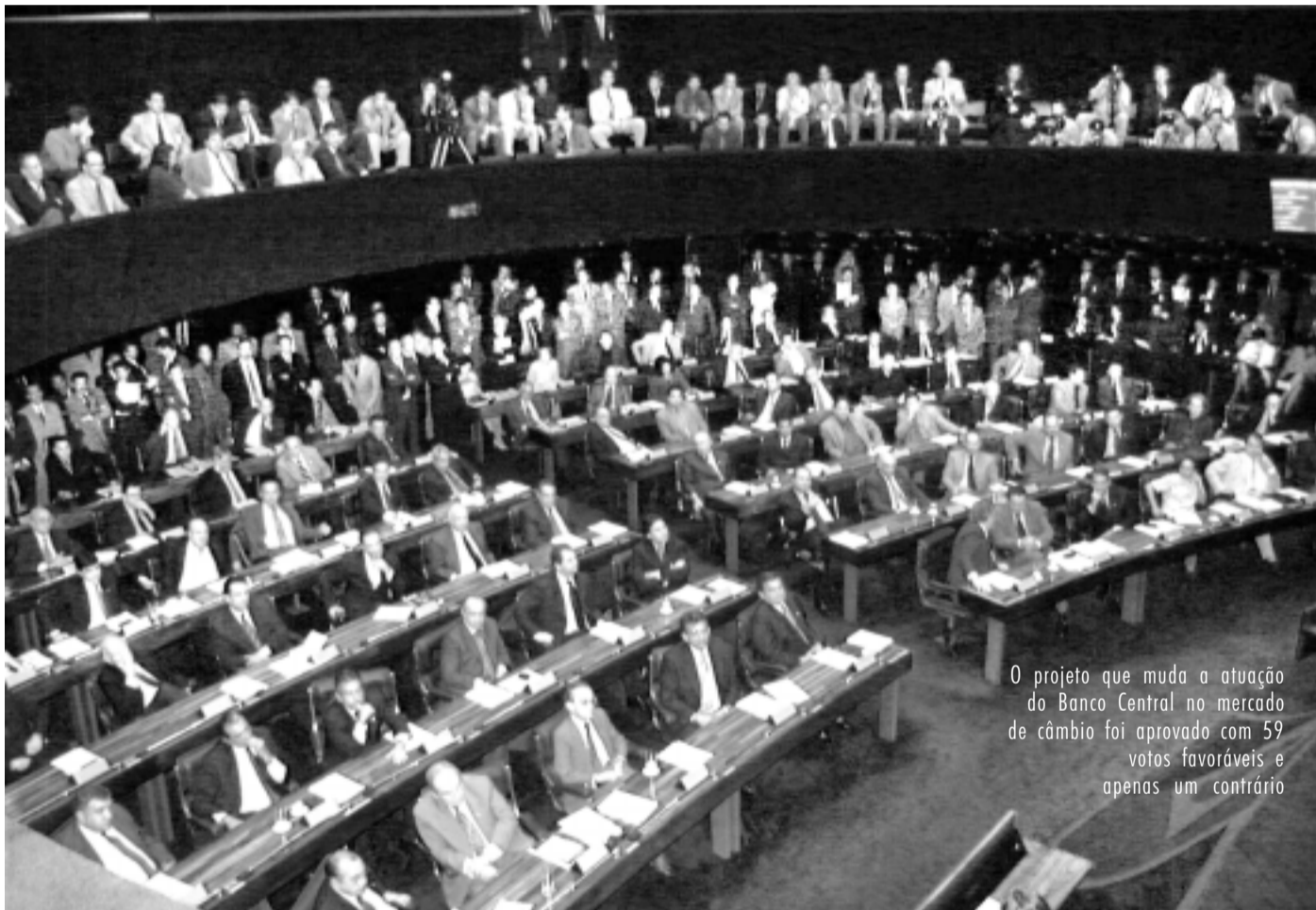
JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.068 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 6 DE ABRIL DE 2000

Senado aprova projeto que altera atuação do BC no mercado de câmbio

Sugerida pela CPI do Sistema Financeiro, proposta acolhida ontem pelo Plenário proíbe o Banco Central de realizar negociações diretas, como as promovidas no ano passado em socorro dos bancos Marka e FonteCindam



Por 59 votos favoráveis e apenas um contrário, o Plenário do Senado aprovou ontem projeto da CPI do Sistema Financeiro que disciplina a atuação do Banco Central no mercado futuro de câmbio. De acordo com a proposta, que será encaminhada à Câmara dos Deputados, a atuação do BC só poderá se dar por meio das instituições *dealers*.

PÁGINA 2

Orçamento da União será votado na quarta

PÁGINA 7

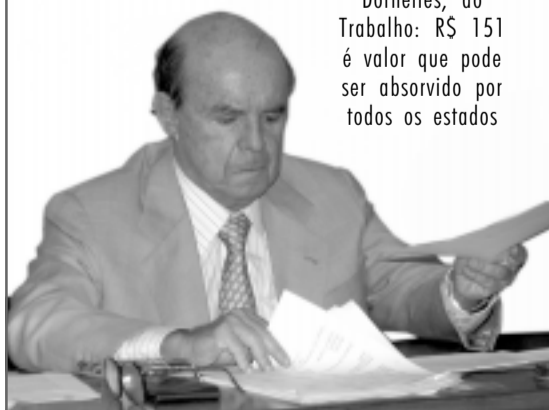
Mesa decide sobre troca de acusações entre ACM e Jader

PÁGINAS 8 E 9

MINISTROS DEFENDEM NOVO MÍNIMO E DIZEM QUE GOVERNO TERÁ QUE CORTAR GASTOS

PÁGINA 3

Francisco Dornelles, do Trabalho: R\$ 151 é valor que pode ser absorvido por todos os estados



Pedro Malan, da Fazenda: novo valor reflete aumento real de 90% frente à cesta básica



Senadores Artur da Távola, José Roberto Arruda e Antonio Carlos Magalhães e o ministro Pimenta da Veiga, durante a solenidade de ontem

SENADO AMPLIA DIVULGAÇÃO COM RÁDIO AM E TV ABERTA

PÁGINA 5

Senado aprova regras que mudam operações cambiais

BC ficará proibido de realizar negociações diretas no mercado futuro de dólar, como as efetuadas com os bancos Marka e FonteCindam

Foi aprovado ontem pelo Senado projeto proposto pela CPI do Sistema Financeiro determinando que a atuação do Banco Central no mercado financeiro se dê exclusivamente por meio das chamadas instituições *dealers*, exceto nos casos de desconto, de empréstimos de liquidez e dos expressamente autorizados pelo Conselho Monetário Nacional. São chamadas de *dealers* as instituições responsáveis pela compra e venda de dólares junto a terceiros.

A aprovação do projeto deu-se por 59 votos favoráveis e um contrário, e a matéria agora vai à deliberação da Câmara dos Deputados. Com essa decisão, o BC ficará proibido de realizar negociações diretas no mercado futuro de dólar, como as promovidas ano passado com os bancos Marka e FonteCindam – e seus fundos – após o fechamento dos pregões



Projeto originário da CPI dos Bancos recebeu 59 votos favoráveis e um contrário e agora vai à deliberação da Câmara dos Deputados

da Bolsa de Mercadorias & Futuros. Na época, o fato foi amplamente criticado pelos senadores da CPI dos Bancos.

Em defesa do projeto, o relator da CPI, senador João Alberto (PMDB-MA), disse que a mudança votada permitirá que essas opera-

ções sejam realizadas em condições de mercado e mediante práticas equitativas. A proposta acrescenta parágrafo à lei que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias e que cria o Conselho Monetário Nacional, editada em 1964.

Plenário renova permissões de três emissoras

O Senado renovou ontem permissões outorgadas às emissoras radiofônicas Radiodifusão Litoral Sul, de Paranaguá (PR); Rádio Cultura de Cajuru, de Cajuru (SP); e Rádio Trans-

continental, de Mogi das Cruzes (SP). O Bloco Oposição se absteve de votar essas renovações, com exceção do senador Tião Viana (PT-AC). A decisão agora vai a promulgação.

Na mesma sessão, o Plenário aprovou requerimento de urgência para a votação do projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal. A matéria será votada na próxima terça-feira, dia 11.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 6 DE ABRIL DE 2000

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

10h30 – Recebe o embaixador Ronaldo Sardenberg, ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

11h – Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Primeiro dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 90/99, altera a redação do artigo 100 da Constituição federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (precatórios); PLS nº 685/99, altera os arts. 6º e 7º da Lei 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real e o sistema monetário nacional e estabelece as regras e condições de emissão do real e os critérios para conversão das obrigações para o real; PDL nº 70/99, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Beira-Mar de São Sebastião para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Sebastião (SP); PDL nº 87/99, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Difusora Ouro Verde para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba (PR); PDL nº 147/99, que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Frutal para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Frutal (MG); PDL nº 255/99, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Senhor Bom Jesus para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Perdões (MG); e requerimentos nº 107/2000, do senador Bernardo Cabral, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 602 e 571, de 1999, por versarem sobre a mesma matéria; e nº 119/2000, da senadora Heloisa Helena, solicitando a tramitação conjunta do PLC nº 77/97 com o PLS nº 618/99, por versarem sobre a mesma matéria.

Brasil 500



COMISSÕES

10h – Comissão mista destinada a emitir parecer sobre a MP nº 2.019, que dispõe sobre o salário mínimo em vigor a partir de 3 de abril de 2000.

Pauta: Audiência pública com os presidentes da CUT, CGT, Força Sindical, Associação Brasileira dos Aposentados e representantes da Anfipec e da Unafisco.

15h – Audiência pública com o ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornelas. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2

PREVISÃO PLENÁRIO

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

Projeto institui novas exigências para a programação monetária

O Plenário vota hoje projeto oferecido pela CPI do Sistema Financeiro que obriga o presidente do Banco Central a apresentar trimestralmente aos senadores o efeito esperado pela programação monetária prevista para o país.

Pela legislação atual, o BC já é obrigado a submeter ao Congresso e ao Conselho Monetário Nacional, no início de cada trimestre, a programação monetária para o período, com as previsões das alterações que

devem ocorrer na economia nacional e com estimativas das faixas de variação dos agregados monetários que assegurem a estabilidade da moeda. Não está definida, no entanto, a imposição de que o BC deve justificar e descrever o resultado previsto da programação:

– É uma prerrogativa parlamentar decidir sobre as matérias de competência da União. Para tanto, é necessário evidenciar os custos das propostas apresentadas, bem

como facultar aos parlamentares escolher sobre a melhor relação custo-benefício da programação monetária – justifica o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) no relatório final da CPI.

PRECATORIOS

Os senadores também começam a discutir em segundo turno emenda constitucional que permite o parcelamento em até dez anos do pagamento de precatórios – as somas devidas pela União, estados e

municípios em decorrência de sentenças judiciais – e que, por falta de caixa, o poder público vem pagando mediante a emissão de títulos mobiliários. Aprovada em primeiro turno por 56 votos contra oito, a matéria passará por mais dois dias de discussão, devendo ser votada em definitivo na próxima quarta-feira.

A nova disciplina estabelecida pela proposta para o pagamento de precatórios consiste na inclusão, no Ato das Disposições Constitucionais

Transitórias, de um artigo que prevê o parcelamento, em até dez anos, dos débitos resultantes de processos instaurados até 31 de dezembro de 1999. As ações ajuizadas após esta data serão pagas à vista. Com isso, o Senado abre um prazo de dez anos para o estoque atual dos precatórios não pagos e para os ajuizados até 31 de dezembro. O senador Edison Lobão (PFL-MA) relatou a matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Mínimo teve aumento real, afirma Malan

Convidado pela comissão mista que examina o novo salário, ministro adianta que o valor de R\$ 151 já obrigará o governo federal a fazer corte de R\$ 1 bilhão no Orçamento deste ano

Em reunião da comissão mista criada para analisar a medida provisória que estabeleceu o novo salário mínimo, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse ontem que o valor de R\$ 151 reflete um aumento real de quase 90% frente à cesta básica, nos cinco anos do governo de Fernando Henrique Cardoso. Com referência ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), sustentou o ministro, o aumento real foi de 29,1%.

Pedro Malan afirmou que o salário de R\$ 151 já obrigará o governo federal a fazer cortes de R\$ 1 bilhão no Orçamento deste ano. Segundo ele, cada R\$ 5 de aumento para o salário mínimo acarretam despesas para o governo central de R\$ 1 bilhão.

Em relação aos últimos 11 meses, Malan afirmou que o salário mínimo teve um aumento de 11,03%, contra uma variação do INPC de 5,66%, o que resulta, segundo ele, em aumento real de 5,08%. Com relação à cesta básica, o acréscimo real



Ao lado do senador Iris Rezende, presidente da comissão, Malan avaliou o novo salário mínimo, rejeitou a fixação em dólares e garantiu que o governo federal aumentou os gastos na área social

foi de 4,87%, afirmou.

Malan reafirmou a postura do governo de austeridade fiscal, rechaçando qualquer aumento para o mínimo que não encontre, em contrapartida, aumento

de receita ou corte de despesas. Também manifestou-se terminantemente contra a fixação do salário em dólares.

O ministro elogiou "a coerência e consistência" do senador

Eduardo Suplicy (PT-SP). O senador defendeu a discussão do salário mínimo com base em uma proposta de renda mínima para todos os brasileiros, o que agradeceu a Malan.

O deputado Paulo Paim (PT-RS) questionou a afirmação do ministro, de que hoje o salário mínimo supera em R\$ 20 o valor da cesta básica. O parlamentar lembrou que o desconto previdenciário, de 8%, é compulsório, sobrando apenas R\$ 6 além do valor da cesta básica.

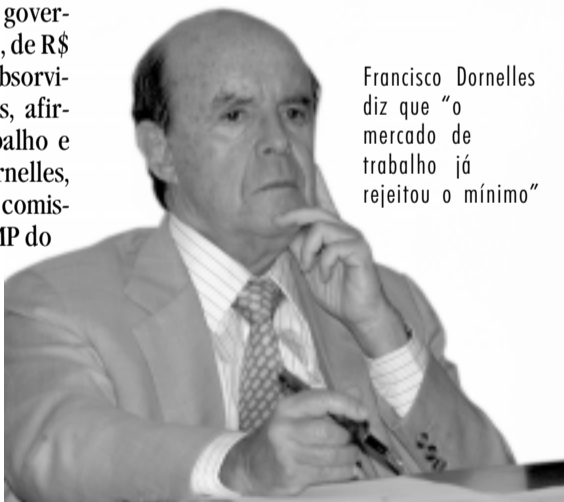
O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse que falta ao governo "uma pitada de social" em sua política econômica. Em resposta, Malan citou dados comparativos entre os gastos na área social entre 1995 e 1999. Segundo ele, na área de saúde as despesas passaram de R\$ 13,7 bilhões para R\$ 18,1 bilhões. Na assistência social, os gastos saltaram de R\$ 789 milhões para R\$ 3,8 bilhões, ao passo que, na educação e cultura, o governo passou a despender R\$ 11 bilhões, contra R\$ 8,4 bilhões em 1995.

A reunião foi tumultuada por um grupo de aposentados, retirados da sala a pedido do presidente da comissão, senador Iris Rezende (PMDB-GO).

Para Dornelles, R\$ 151 é o valor que pode ser absorvido por todos os estados

O valor proposto pelo governo para o salário mínimo, de R\$ 151, é o que poderá ser absorvido por todos os estados, afirmou o ministro do Trabalho e Emprego, Francisco Dornelles, em audiência pública na comissão mista que analisa a MP do salário mínimo. A fixação de pisos estaduais, por sua vez, foi apontada pelo ministro como a solução adequada frente às desigualdades regionais, um dos dois fatores destacados por ele como inibidores de um aumento mais elevado. O outro fator a impedir a adoção de um mínimo superior a R\$ 151, explicou Dornelles, é de natureza financeira e diz respeito ao elevado déficit fiscal.

O ministro afirmou que "o mercado de trabalho já rejeitou o mínimo". Ele lembrou que, de 21 milhões de trabalhadores com carteira assinada, cerca de 19 milhões ganham



Francisco Dornelles diz que "o mercado de trabalho já rejeitou o mínimo"

acima do mínimo fixado pelo governo federal. A Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, tem salário médio de R\$ 649, e mesmo nas regiões mais pobres, como o estado do Piauí, hoje o salário médio equivale a 1,8 salário mínimo, disse.

O valor de R\$ 151, defendeu ainda o ministro, representa um aumento de 11,3%, com ganho real de 5% em relação à inflação. Os

pisos estaduais, por outro lado, não são uma inovação brasileira, "é a realidade nos Estados Unidos, onde há um mínimo nacional e cada estado fixa o seu".

CALENDÁRIO

O presidente da comissão mista especial, senador Iris Rezende (PMDB-GO), confirmou mais duas audiências públicas para hoje. Pela manhã, a partir das 10h, a comissão debate a MP com os presidentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vicente Paulo da Silva, e da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Canindé Pegado. À tarde, a partir das 15h, a comissão discutirá o tema com o ministro da Previdência Social, Waldeck Ornelas.

Com o encerramento dos trabalhos da comissão marcado para o próximo dia 7, Iris Rezende informou que, por

acordo com a presidência do Congresso, será possível assegurar mais uns dois dias de trabalho, para que os parlamentares reúnam-se com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, e com o presidente do Instituto Nacional

do Seguro Social (INSS), José Cechin. A medida provisória deverá ser apreciada pelo Plenário do Congresso Nacional até o dia 22, assegurou o senador a deputados apreensivos com a possibilidade de o Executivo reeditar a MP.

Notícias do Senado em Tempo Real

Acompanhe as atividades do Senado no instante em que elas acontecem

www.senado.gov.br

CAS aprova projeto que beneficia deficiente

Projeto de Luiz Estevão, acolhido na forma de substitutivo de Antero de Barros, impede empresas que não contratarem portadores de deficiência de participar de transações financeiras com estabelecimentos oficiais de crédito

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em turno suplementar, substitutivo do senador Antero de Barros (PSDB-MT) ao projeto que obriga as empresas a empregarem pessoas portadoras de deficiência física. O substitutivo apenas adota as punições previstas no projeto original, de autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), já que, para o relator, a legislação original é mais benéfica aos portadores de deficiência, ao impor o preenchimento de 2% a 5% dos postos de trabalho por deficientes físicos. O projeto de Estevão

determinava o preenchimento de 3% das vagas de cada empresa por empregados portadores de deficiência.

De acordo com o texto aprovado pela CAS, as empresas que desrespeitarem a lei não poderão participar de quaisquer transações financeiras em estabelecimentos de crédito oficiais. A matéria será agora examinada pelo Plenário do Senado Federal.

Na mesma reunião, o substitutivo do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) ao projeto de autoria do senador Tião Viana (PT-AC) —

que regulamenta a assistência pré-natal, tornando obrigatória a realização de exames complementares para gestantes pela rede hospitalar do Sistema Único de Saúde (SUS) — recebeu emenda do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) e voltará a ser examinado pelo relator.



Com a decisão de ontem da CAS, a proposta será agora examinada pelo Plenário do Senado

Manguezais podem ter criação de camarões

A flexibilização da preservação de manguezais para criação de camarões foi debatida ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O representante do Ministério da Agricultura, Raul Madrid, defendeu a necessidade de mudanças no Código Florestal, para permitir o desmatamento de pequenas áreas a serem usadas como canais que permitam implantação de fazendas de camarão em áreas ocupadas por salinas abandonadas.

Segundo Madrid, cada hectare desmatado permite a produção de até 1.500 toneladas de camarão anuais e a geração de até 500 empregos. O especialista informou que Honduras tem 14 mil hectares ocupados com a criação de cama-

rões, enquanto o Brasil conta hoje com apenas cinco mil. O objetivo do programa do Ministério da Agricultura é, até o ano 2003, contar com 30 mil hectares, afirmou.

Madrid disse ser favorável a aprimoramentos no projeto de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), cujo debate originou a audiência pública, a pedido do senador Tião Viana (PT-AC). O projeto da senadora prevê a possi-

bilidade do desmatamento de até 10% dos manguezais do país para uso na criação de animais e plantas aquáticos, com autorização do Ibama.

A senadora Maria do Carmo Alves disse que o maior desafio é a geração de empregos dentro das alternativas existentes. "É preciso integrar as atividades socioeconômicas com as ambientais", explicou.



Na audiência pública presidida por Osmar Dias (C), Michel de Almeida (D) observou que o desmatamento prejudica pessoas que vivem no mangue

Representante de ONG denuncia depredação

Durante audiência pública realizada na CAS, o representante da organização não-governamental Rede Mata Atlântica, Michel de Almeida, denunciou o desmatamento irregular de manguezais no município de Nazaré das Farinhas, na Bahia. Segundo Almeida, o desmatamento vem prejudicando a atividade econômica das pessoas que vivem do mangue e causando a devastação da região.

— No local havia salinas no passado, mas o manguezal voltou a crescer. Hoje uma área que teve autorização do Ibama para ter meio hectare destinado à criação de camarões tem 12 hectares destinados a esse fim — informou, re-

latando já ter denunciado a situação ao próprio Ibama e ao Ministério Público.

Antônio Carlos do Prado, diretor de Recursos Naturais do Ibama, afirmou que a denúncia de Michel de Almeida está sendo investigada pelo órgão e pediu cópias dos documentos apresentados pelo representante da ONG à comissão para levar à diretoria do instituto. Segundo Prado, o trabalho do Ibama vem garantindo a preservação dos manguezais, mas o diretor defendeu a flexibilização na forma como as áreas de preservação permanente devem ser mantidas.

O senador Tião Viana (PT-AC) destacou a necessidade de se encontrar um ponto de equilíbrio en-

tre o crescimento econômico e a preservação ambiental. O senador Luiz Pontes (PSDB-CE) considerou que a denúncia de Michel Almeida demonstra falha gritante na fiscalização do Ibama e defendeu a necessidade de haver fazendas bem fiscalizadas e usando alta tecnologia na criação de camarões.

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) disse que o incentivo às fazendas de camarões pode fortalecer a concentração de renda no país. Segundo o representante do Ministério da Agricultura, Raul Madrid, a construção de um viveiro custa, em média, R\$ 20 mil, sendo que 85% dos produtores de camarões são considerados pequenos produtores, com propriedades de até 30 hectares.

Senadores vão discutir a classificação de programas de TV

A Subcomissão de Rádio e TV vai realizar audiência pública para debater as medidas que vêm sendo anunciadas pelo Ministério da Justiça com relação à classificação de programas de televisão. A audiência, ainda sem data marcada, foi solicitada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), em requerimento aprovado ontem pela subcomissão.

Serão convidados a participar da audiência o secretário Nacional de Direitos Humanos, José Gregori; a secretária Nacional de Justiça, Elizabeth Süsskind; o presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Joaquim Mendonça; o presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão e Telecomunicações (Abratel), Roberto Wagner, e o presidente da Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec), Jorge Cunha Lima.

A subcomissão aprovou, também, requerimento do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) para realização de audiência pública sobre a situação da Rede TV!, mantida pelo Grupo Ômega. Para tomar parte nessa audiência pública, serão convidados o diretor da TV Ômega, Amílcar Júnior; o jornalista Carlos Chagas, ex-diretor da TV Manchete em Brasília; o presidente do Sindicato dos Radialistas do Rio de Janeiro, Márcio Câmara Leal, e o

funcionário da TV Manchete em São Paulo, Roberto Sousa Machado.

A proposta de emenda à Constituição que trata da propriedade das empresas jornalísticas e de radiodifusão também será tema de audiência pública na Subcomissão de Rádio e TV. Requerimento nesse sentido, do senador Amir Lando (PMDB-RO), foi aprovado na reunião de ontem. O senador ainda não forneceu à subcomissão a lista das pessoas que serão convidadas a participar da audiência.

Em sua próxima reunião, marcada para o dia 13, a subcomissão aprecia requerimento do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) convidando o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, para audiência pública. O tema da audiência ainda será detalhado pelo senador.

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) comunicou à Subcomissão de Rádio e TV que projeto da sua autoria que reduz em 20% o valor da taxas de fiscalização cobradas das televisões educativas foi encaminhado à Câmara, depois de aprovado no Senado. A matéria será apreciada em caráter terminativo.

A partir da próxima semana, a Subcomissão de Rádio e TV passará a se reunir quinzenalmente, às quintas-feiras, às 15h, conforme anunciou o senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Senado amplia transparência com rádio AM e TV aberta

Ministro Pimenta da Veiga assina os atos de concessão de sinais. Conforme o senador Antonio Carlos Magalhães, as novas emissoras contribuirão para que “a essência da democracia, que é o parlamento, fique mais forte”

O sistema de divulgação das atividades do Senado Federal ganhou ontem um grande reforço. Em cerimônia realizada na Sala de Autoridades da presidência da Casa, o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, assinou os atos de concessão de sinais para instalação de uma emissora de rádio AM e uma estação de TV aberta, no sistema UHF, fatos que deverão contribuir, de acordo com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para que “a essência da democracia, que é o parlamento, fique mais forte”.

De acordo com o jornalista Fernando Cesar Mesquita, diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, a rádio AM terá potência de 50 kW, com abrangência praticamente nacional. A partir de sua entrada no ar, o sistema de rádio do Senado poderá veicular duas programações simultâneas, uma pela rádio AM e outra via FM. Já com relação à televisão, em sinal aberto, Mesquita revelou que, nos termos da legislação em vigor, será possível contar com retransmissoras em todos os estados e municípios que manifestarem desejo de ter esse serviço.

A ampliação do sistema de divulgação do Senado permitirá avançar no esforço da instituição para dar crescentes “visibilidade e transparência a suas atividades”, disse Mesquita. O ministro Pimenta da Veiga destacou “a mudança na qualidade da difusão dos trabalhos do Senado e do Congresso Nacional” e disse estar satisfeito, como ministro das Comunicações e político, por contribuir para esse ato de “fortalecimento da democracia”.

No encerramento da solenidade, Antonio Carlos agradeceu o apoio do ministro Pimenta da Veiga para o aprimoramento do serviço de divulgação do Senado e manifestou esperança de que, a partir do maior acompanhamento das atividades parlamentares pela população, “o Brasil faça um pouco de justiça ao trabalho do Congresso”. O senador observou que no Brasil e no exterior “a classe política está sendo penalizada no seu conceito”.

A cerimônia contou com a presença dos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF), Artur da Távola (PSDB-RJ), Pedro Simon (PMDB-RS), José Sarney (PMDB-AP), Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Carlos Patrocínio (PFL-TO), Álvaro Dias (PSDB-PR) e Ernandes Amorim (PPB-RO).



Ministro Pimenta da Veiga assinou as concessões para a rádio AM e a TV aberta na presença de Antonio Carlos e diversos outros senadores

CAE debate em audiência pública o Código do Contribuinte

A secretária municipal de Fazenda do Rio de Janeiro, Sol Garson, e o advogado Torquato Jardim participaram ontem de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para discutir o projeto de Código de Defesa do Contribuinte, que define os direitos e garantias de pessoas físicas e jurídicas perante o fisco. O projeto de lei complementar foi apresentado pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC).

Sol Garson mostrou-se preocupada com dispositivos do projeto que, segundo ela, podem levar a um “engessamento” dos atos administrativos da Receita municipal. A definição de prazos para recursos foi um dos pontos criticados pela secretária. Para ela, isso pode fazer com que processos administrativos se tornem “intermináveis”. Sol Garson considerou exíguo o tempo concedido para resposta a consultas dos contribuintes, o que levaria ao aumento da máquina de fiscalização. “Esse é o caminho inverso do que buscamos fazer com a modernização tributária”, afirmou.

Torquato Jardim defendeu a proposta que, na sua opinião, estabelece um “catálogo de direitos e obrigações mútuos entre o contribuinte e o fisco”. O advogado, que participou do grupo de juristas e professores de direito tributário que redigiram o anteprojeto a pedido de Bornhausen, acredita que a proposta fortalece o contribuinte, que, de acordo com a legislação atual, “encontra-se em situação de fragilidade”.

Entre os principais pontos do projeto, Torquato Jardim destacou a prevalência da interpretação dada pelo contribuinte, caso não haja pronunciamento do fisco no prazo fixado, e a vedação de meios coercitivos

na cobrança de débitos tributários. Na sua avaliação, o projeto propõe acima de tudo uma “revolução cultural” no direito tributário nacional, que, para ele, tem inspiração nazista.

Entre as determinações do projeto de Bornhausen, que já foi aprovado na CCJ, está a proibição de interdição de estabelecimento inadimplente com o fisco, a possibilidade de defesa prévia do contribuinte e a assunção de que o parcelamento do débito tributário implica novação, ou seja, equivalência com a quitação da dívida. A intenção da iniciativa é, segundo o autor, equilibrar a relação entre a Receita e o contribuinte.

Bornhausen ressaltou que sua proposta pretende proteger principalmente o pequeno contribuinte, que não tem condições de contratar advogados. Ele destacou ainda que é importante que o Cadastro de Inadimplentes (Cadin) deixe de ser um instrumento punitivo e passe a ser um órgão de informações. O relator da matéria, senador Edison Lobão (PFL-MA), acredita que o projeto possibilita a coerência na cobrança de tributos, alterando a relação desigual entre fisco e contribuinte. Para o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), o contribuinte, no Brasil, é visto como marginal, e cabe ao Congresso corrigir essa distorção.

Os membros da CAE presentes à audiência pública lamentaram a ausência dos secretários da Receita Federal, Everardo Maciel (*veja matéria ao lado*), e da Fazenda de Mato Grosso e do Distrito Federal, que haviam sido convidados e não compareceram à audiência.



Torquato Jardim e Sol Garson com os senadores Ney Suassuna, presidente da CAE, e Bello Parga na audiência pública sobre o Código do Contribuinte

Everardo Maciel comparecerá à comissão na próxima semana

A pedido do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Bello Parga (PFL-MA), marcou para a próxima quarta-feira nova audiência pública com o objetivo de debater o projeto de lei complementar do senador Jorge Bornhausen que institui o Código de Defesa do Contribuinte, com a presença do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, que não pôde comparecer à reunião realizada ontem.

Para Simon, o projeto de Bornhausen e o parecer favorável do senador Edison Lobão abordam a relação entre contribuinte e fisco sob o ponto de vista do contribuinte e, portanto, a CAE precisa tomar conhecimento do entendimento que a Receita tem da proposta, para que possa definir “um meio termo”.

Simon lembrou que, em depoimento na CPI do Sistema Financeiro, Maciel fez um relato “dramático” sobre a sonegação de impostos no país. Segundo o senador, o secretário da Receita informou que os bancos e as 300 maiores empresas do país não pagam tributos graças a vazios deixados “deliberadamente” na lei, explorados por advogados especializados em fazer com que contribuintes não paguem os impostos devidos.

— No Brasil, o maior negócio é não pagar imposto. Devemos fazer a defesa do contribuinte com um olho no malandro e outro no cidadão sério — afirmou Simon, que disse que Maciel está “extremamente preocupado” com o teor do projeto.

O senador José Alencar (PMDB-MG) disse compreender as preocupações manifestadas por Simon, mas acredita que o Congresso deve “desentravar” a relação do fisco com o contribuinte para garantir o desenvolvimento do país.

CCJ aprova reestruturação dos cinco TRFs

Comissão vota a favor de projeto que abre vagas para novos juízes e amplia o número de servidores nos tribunais regionais federais, que, segundo o relator, têm enfrentado dificuldades com o acúmulo de processos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, por unanimidade e sem alterações, os dois projetos de lei que dispõem sobre a reestruturação dos tribunais regionais federais (TRF) das cinco regiões, abrem vagas para novos juízes e ampliam o número de servidores efetivos e comissionados.

O projeto de lei que disciplina o rito processual do *habeas data* e o que regulamenta a reprodução assistida, ambos de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), mantiveram o debate em aberto e o recebimento de emendas até a próxima quarta-feira.

O relator do projeto de reestruturação dos TRFs, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), destacou a importância da votação da matéria para a cidadania. Ele lembrou que os tribunais têm enfrentado dificuldades devido ao crescente volume de processos, enquanto o número de juízes e de servidores continua o mesmo na 1ª e na 5ª Região. O senador Roberto Freire (PPS-PE) disse ser favorável ao aumento do número de juízes, “particularmente no STJ”. Cabral não alterou a forma original do projeto aprovado na Câmara dos Deputados.



CCJ estará recebendo emendas ao projeto do *habeas data* até a próxima quarta-feira

Luiz Estevão nega que tenha ameaçado servidores

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) negou que tenha ameaçado processar qualquer assessor da CPI do Judiciário em virtude de supostos vazamentos de informações sigilosas à imprensa. Ele esclareceu que alertou um funcionário da comissão, por telefone, que a transferência de sigilos previstos na Constituição é ilegal:

– Tanto era procedente a minha reclamação que, no mesmo dia, o presidente e o relator da CPI do Judiciário promoveram uma reunião e colocaram um ponto final nessa verdadeira festa, que estava sendo o tratamento das questões protegidas constitucionalmente pelo sigilo – disse o senador.

Luiz Estevão fez essas afirmações ao final da reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, que examina representação formulada por partidos de oposição contra ele por quebra de decoro parlamentar, tendo por base as investigações da CPI do Judiciário.

O Conselho de Ética ouviu ontem o depoimento dos servidores do Senado Luiz Carlos de Brito, Francisco Naurides Barros e Dulcília Ramos, que trabalharam na CPI do Judiciário. Os membros do conselho queriam saber se eles sofreram ameaças ou qualquer tipo de constrangimento por parte de Luiz Estevão no decorrer dos trabalhos da CPI, após o nome do senador ser ar-



Ramez Tebet (C), entre Jefferson Péres e Juvêncio da Fonseca, preside a reunião do Conselho de Ética do Senado

rolado em supostos desvios de recursos na construção do prédio do TRT de São Paulo.

Os três servidores foram ouvidos separadamente. Francisco Naurides e Dulcília Ramos negaram que Luiz Estevão tenha feito pressão com vistas a constrangê-los, mas admitiram que receberam telefonemas do senador. Estevão, segundo eles, desejava obter informações sobre o andamento dos trabalhos da comissão e um suposto vazamento de informações sigilosas. Naurides chegou a garantir que “em nenhum momento ouviu de Estevão qualquer ameaça de processo”.

Luiz Carlos de Brito, coordena-

dor da CPI do Judiciário, foi o último a prestar depoimento e, como os outros, negou qualquer ameaça formal de Estevão. Mas informou que tinha recebido um telefo-

Servidores ouvidos pelo conselho ontem negaram que Luiz Estevão tenha feito pressão com vistas a constrangê-los

nema de Francisco Naurides informando que o senador havia ligado para ele alertando que “vazamentos de informações poderiam acarretar processos futuros contra os funcionários”.

A informação de Luiz Carlos serviu de base para que o relator Jefferson Péres (PDT-AM) solicitasse uma acareação entre Francisco Naurides e Luiz Carlos Brito. Na acareação, Francisco Naurides disse que não havia entrado em detalhe no seu depoi-

mento porque era um funcionário menos graduado, “mas tinha a certeza de que Luiz Carlos abordaria o caso do telefonema de Estevão”:

– A acareação esclareceu perfeitamente que houve contradição entre Francisco Naurides e Luiz Carlos – afirmou Jefferson Péres, que, como relator do processo, não quis emitir opinião sobre um possível constrangimento dos funcionários da CPI. “Essa opinião eu só darei no relatório final”, afirmou.

O coordenador dos trabalhos da CPI disse não saber se o vazamento de informações tidas como sigilosas teria origem na comissão e informou que chegou a receber um requerimento assinado por Luiz Estevão solicitando o nome, matrícula e função dos funcionários da CPI que tinham acesso a docu-



Luiz Estevão lembrou que vazamento de informações foi corrigido pela própria CPI

mentos sigilosos. “Recebi o documento com naturalidade, mas reconheço que houve um certo constrangimento por parte dos assessores”, afirmou. O documento foi retirado logo em seguida por Estevão, após a presidência da CPI tomar providências para evitar vazamentos de informações.

O Conselho de Ética vai ouvir ainda o deputado federal João Fassarella (PT-MG) e servidores do Banco Central e da Polícia Federal que prestaram serviços à CPI do Judiciário. Também colherá depoimento, por escrito, de dez parlamentares, ex-parlamentares e ministros do TCU, a pedido do advogado de Luiz Estevão. Todos os documentos encaminhados por Luiz Estevão à comissão também passarão por uma perícia técnica.

Orçamento da União será votado na quarta

Presidente do Congresso aceitou questão de ordem do deputado Aloizio Mercadante, na sessão de ontem, e adiou apreciação do projeto porque algumas alterações não foram publicadas em avulsos, como determina o Regimento

O presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, adiou para a próxima quarta-feira a votação do Orçamento da União para este ano, aceitando uma questão de ordem levantada pelo líder do PT na Câmara, deputado Aloizio Mercadante (SP), no início da sessão conjunta de deputados e senadores de ontem, convocada para tratar do projeto orçamentário. Mercadante argumentou que algumas alterações feitas no Orçamento só foram entregues ontem à tarde, não tendo sido publicadas em avulsos, como manda o Regimento Interno.

A proposta que o Congresso votará é um substitutivo apresentado pelo relator-geral, deputado Carlos Melles

(PFL-MG), já aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A comissão concordou em aumentar em 83,4% os investimentos que o Executivo deverá realizar neste ano. Os deputados e senadores discordaram da proposta do presidente da República de investir neste ano R\$ 6,8 bilhões e acrescentaram outros R\$ 5,7 bi-

lhões para obras de infra-estrutura e programas de saúde, agricultura e educação. Com as alterações, o total de investimentos passou para R\$ 12,5 bilhões.

A Comissão de Orçamento, presidida pelo senador Gilberto Messtrinho (PMDB-AM), corrigiu em 3,29% a previsão de arrecadação tributária federal para 2000 que constava do projeto original do governo. O relator-geral argumentou que o governo não havia considerado o aumento da inflação no segundo semestre do ano passado (o projeto de Orçamento foi enviado ao Legislativo dia 31 de agosto de 99).

Além disso, os deputados e senadores decidiram usar R\$ 513 milhões da reserva de contingência e outros R\$ 304 milhões das multas que o DNER aplicará neste ano. No Orçamento original, a equipe econômica não previa o uso do dinheiro dos programas de fiscalização do DNER nas rodovias federais. No final, com as mudanças, a previsão de arrecadação federal subiu de R\$ 229,2 bilhões para R\$ 236,7 bilhões, enquanto

as despesas aumentaram de R\$ 200,7 bilhões para R\$ 207,4 bilhões.

Os estados foram os grandes beneficiados com o aumento de receitas aplicado pelo Congresso ao Orçamento, pois receberão em transferências constitucionais R\$ 1,5 bilhão além do previsto pelo governo. Os parlamentares usaram parte da receita adicional em emendas (R\$ 4,1 bilhões), destinando outra parcela ao aumento do superávit primário das contas federais (exclui gastos com juros da dívida pública).

Os parlamentares mantiveram o superávit primário federal em 2,6% do PIB, como determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou seja, haverá uma sobra entre receitas e despesas de R\$ 29,3 bilhões, dinheiro que será usado parcialmente pelo governo em amortizações de sua dívida. O projeto prevê que o Executivo

gastará R\$ 55 bilhões no pagamento de amortizações de dívidas, usando basicamente recursos do Tesouro (R\$ 21,6 bilhões) e da venda de empresas estatais (R\$ 20,3 bilhões), conforme o relatório geral apresentado pelo deputado Carlos Melles.

A Comissão de Orçamento não mexeu na parte que trata de dívida pública e gastos com juros. Assim, o estoque da dívida pública federal estará em 31 de dezembro próximo em R\$ 553,7 bilhões, sendo R\$ 440,2 bilhões no mer-

cado interno e R\$ 113,5 bilhões no exterior. A dívida interna em títulos estará em dezembro próximo em R\$ 411,8 bilhões, mas nem tudo estará no mercado — uma parte deverá estar nas mãos do Banco Central.

O gasto bruto do governo federal com o pagamento de juros ficará neste ano em R\$ 78,1 bilhões, conforme a previsão orçamentária. Descontados os juros que a União receberá de empréstimos concedidos, o gasto líquido cairá para R\$ 25,8 bilhões.

Proposta a ser votada é um substitutivo apresentado pelo relator-geral e já aprovado pela Comissão de Orçamento



A sessão de ontem à noite, no Plenário da Câmara dos Deputados, foi encerrada depois da questão de ordem que adiou a votação do Orçamento para a próxima quarta-feira

Jucá discute com candidatos a renegociação da dívida paulistana

A renegociação da dívida de R\$ 10,5 bilhões do município de São Paulo foi discutida ontem entre três dos cinco candidatos a prefeito da cidade e o senador Romero Jucá (PSDB-RR), relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do projeto de reestruturação dos débitos da capital paulista. Realizada a pedido da candidata do PT, Marta Suplicy, a reunião serviu para que se chegue a acordo realista que permita o pagamento efetivo das parcelas, segundo o senador.

— Mostrei a eles minhas preocupações quanto à necessidade de uma solução, dentro da lei, que não inviabilize as finanças da prefeitura — disse Jucá, que se reuniu com Marta, o senador Romeu Tuma (PFL) e Marcos Cintra (PL). Não estiveram presentes ao encontro Luíza Erundina (PSB) e Geraldo Alckmin (PSDB). Só este último e a candidata do PT apresentaram propostas por escrito. Marta, Tuma e Cintra deixaram claro que o pagamento da dívida não pode comprometer mais de

13% da receita líquida mensal do município.

Entre as preocupações apresentadas por Jucá aos candidatos está a de que o pagamento dos R\$ 2 bilhões relativos à amortização (pagamento do principal) seja feito no máximo em 30 anos, a fim de se preservar a taxa de juros de 6% ao ano. Segundo o senador, é preciso definir que precatórios poderão ser pagos em 30 anos e quais poderão ser pagos em dez anos.

Jucá lembrou ainda que o pro-

jecto de renegociação terá obrigatoriamente que ser aprovado pelo Plenário antes da sanção da Lei de Responsabilidade Fiscal, já que a partir da vigência deste diploma legal estarão proibidas negociações de dívidas como a do município de São Paulo. A Lei de Responsabilidade Fiscal deve ir a Plenário na próxima terça-feira. Se aprovada, terá 15 dias para ser sancionada.

— Ou aprovamos a renegociação de São Paulo agora ou não aprovamos nunca — alertou Jucá.



Jucá: renegociação terá de ser aprovada antes da Lei de Responsabilidade Fiscal

Notícias do Senado em TEMPO REAL

www.senado.gov.br



Mesa do Senado vai decidir sobre troca de acusações

Geraldo Melo, primeiro vice-presidente, convocou reunião para hoje, a fim de examinar o encaminhamento a ser dado às denúncias feitas em Plenário pelos senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho

O primeiro vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), convocou reunião da Mesa para hoje, logo depois de encerradas as votações da Ordem do Dia, para decidir o encaminhamento que será dado às acusações trocadas entre o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, e o líder do PMDB, Jader Barbalho (PA).

Geraldo Melo esclareceu que a reunião será realizada sem a presença de Antonio Carlos Magalhães, e informou que, além dos detentores de cargos na Comissão Diretora, seus suplentes também poderão participar. "A presidência deseja partilhar com a Mesa a decisão a ser tomada em relação a essa matéria", anunciou.



Geraldo Melo convocou reunião da Mesa

O senador Roberto Freire (PPS-PE) sugeriu que a Mesa encaminhe as notas taquigráficas e todos os documentos concernentes às acusações para o Conselho de Ética do Senado e a Procuradoria Geral da República. Ele lastimou os discursos feitos por Jader e Antonio Carlos Magalhães. "O nível não ajuda a construir a imagem democrática de nenhum parlamento. Não sei se já se viveu, em toda a longa história do Senado, uma tarde tão lamentável", disse ele.

Líder do PMDB coloca à disposição seus dados bancários



Ney Suassuna leu comunicado de Jader

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentou ontem comunicado oficial do senador Jader Barbalho ao vice-presidente do Senado, Geraldo Melo, no qual o presidente nacional do PMDB coloca à disposição da Mesa seu sigilo bancário e declarações de bens e rendimentos, "nos períodos que julgar conveniente para os esclarecimentos que se fizerem necessários".

Jader informa também que indicará, oportunamente, a relação nominal das pessoas físicas e jurídicas "ligadas ao senador Antonio Carlos Magalhães, para idênticas providências".



Antonio Carlos Magalhães entregou documentos à Mesa do Senado

ACM autoriza quebra de sigilo e relaciona ações contra Jader

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, entregou ontem à Mesa do Senado vários documentos, entre eles autorizações para quebra de seu sigilo bancário em todos os bancos em que tem conta. Ele pediu ao primeiro vice-presidente da Casa, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), que decida como fará a apuração dos fatos relativos às "denúncias infundadas" feitas contra ele pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA).

O presidente do Senado entregou também pastas com acusações contra Jader, afirmando que o essencial é que o assunto seja esclarecido. Depois de ouvir a resposta do líder do PMDB ao seu discurso, Antonio Carlos disse que o senador paraense mentiu e não falou nada a respeito de também quebrar o sigilo de suas contas bancárias.

Observando que só se pode quebrar o sigilo bancário autorizando o gerente da instituição financeira a fazê-lo, o presidente do Senado ofereceu à Casa autorizações para esse procedimento, assim como declarações de bens, Imposto de Renda e todos os dados relativos ao seu patrimônio e à sua vida financeira e fiscal.

Na parte referente a acusações contra Jader Barbalho, o presidente do Senado relacionou processos criminais referentes às suas gestões como governador do Pará e ministro da Reforma Agrária e da Previdência, assim como matérias jornalísticas sobre desmandos administrativos.

Antonio Carlos observou que essas acusações não serão motivo de luta, mas de esclarecimento. Ele disse que, se a Câmara já tivesse aprovado o projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que quebra o sigilo bancário de ocupantes de cargos públicos, isso não estaria sendo discutido agora. "Homem público não pode ter sigilo bancário. Tem que ser aberto para todos", afirmou.

O senador esclareceu que seu propósito é unicamente o de examinar vidas. "Se fui acusado, tenho o dever de defender-me. Do contrário, não mereceria o respeito de V. Ex^{as} e do povo da Bahia, que me estimula e que me sustenta para fazer a vida pública que tenho feito." Quanto às acusações de Jader, considerou importante que o senador paraense as faça, para que ele, Antonio Carlos, desminta todas, como tem feito em todos os episódios de sua longa vida pública.

Observando que seu acusador preside um partido que tem pretensões à presidência do Senado, Antonio Carlos Magalhães pediu que Jader Barbalho também esclareça o que contra ele foi apontado. "Nós, tenho certeza, vamos sair engrandecidos desse debate, se ele for feito. Ele não pode ser protelado, nem jogado para o canto e não ser realizado", afirmou.

Na opinião do parlamentar, o Senado precisa engrandecer-se nesse episódio e não se amesquinhar. "Sofri acusações injustas e certamente virão outras, que serão devidamente respondidas e esclarecidas, numa vida de quase 50 anos de atividade pública." Ele também disse que o exercício da presidência do Senado exige correção absoluta do seu titular. Por isso, considerou importante narrar que, 48 horas depois de contestar as afirmações feitas contra ele por Nicéa Camargo, o líder do PMDB o acusou de ser corretor da OAS e sócio do ex-senador Gilberto Miranda.

Antonio Carlos informou ter uma filha casada com o presidente da OAS e esclareceu não ter nenhuma sociedade com Gilberto Miranda. "O senador Jader Barbalho sabe, melhor do que ninguém, que sou honesto", afirmou ele. Também observou que essa discussão não depõe contra o Senado. "Acho que o que depõe contra o Senado são acusações graves contra senadores ficarem sem o devido esclarecimento", frisou.



Jader leu manchetes de jornais com acusações ao presidente do Senado

Jader: quando é pressionado, ACM ameaça com dossiê

O senador e presidente nacional do PMDB Jader Barbalho (PA) disse ontem, em resposta ao discurso do senador Antonio Carlos Magalhães, que considera naturais, "embora desnecessárias", a abertura de contas bancárias e a apresentação de documentos sobre bens, uma vez que periodicamente todos os senadores encaminham declaração de renda à Mesa do Senado, de acordo com o que é exigido por lei. E classificou como "extemporânea" a entrega à Mesa do dossiê contendo as denúncias reunidas pelo presidente do Senado contra ele.

— Sempre que é pressionado, o senador Antonio Carlos ameaça com um dossiê — afirmou Jader.

O presidente do PMDB lembrou que o embate começou depois de ter deixado clara a contradição em torno da questão do salário mínimo entre Antonio Carlos e o ministro da Previdência Social, Waldeck Ornelas, ambos do PFL. Segundo ele, o presidente do Senado defendia um valor que o ministro de seu partido considerava incompatível com a situação da Previdência Social.

Jader Barbalho afirmou que Antonio Carlos Magalhães não teria nem postura nem equilíbrio para o exercício do cargo de presidente do Senado Federal. Listou uma série de declarações em que, segundo disse, Antonio Carlos teria sido "truculento". Ele ressaltou que o presidente do Senado havia utilizado o termo "prostíbulo" para referir-se à família do prefeito de São Paulo, Celso Pitta. Citou também os episódios em que Antonio Carlos teria chamado de "besta" o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) e mandado a senadora Heloísa Helena (PT-AL) "calar a boca" no seu primeiro dia de mandato.

Cópias de entrevistas, notícias e artigos de jornal foram exibidas pelo senador peemedebista para lembrar agressões dirigidas a jornalistas, o adjetivo "fraco" destinado ao presidente Fernando Henrique Cardoso e o que chamou de pouca consideração de Antonio Carlos com o seu próprio partido.

Ao entregar o dossiê à Mesa, disse Ja-

der, Antonio Carlos estaria tentando envolvê-lo no processo movido contra o presidente do Senado pelo deputado estadual Paulo Ramos (PDT-RJ). O presidente do PMDB afirmou que o senador baiano deveria se afastar da presidência até que o assunto seja encerrado, a fim de evitar que parlamentares e funcionários do Congresso sofressem pressão para não adotar as providências cabíveis no caso.

— Vossa Excelência me quer como companheiro nesse inquérito, mas esse inquérito é seu. Vá sozinho — afirmou Jader.

Outra razão citada pelo líder peemedebista para a atitude de Antonio Carlos é que este estaria tentando impedir sua chegada à presidência do Senado na eleição que irá se travar dentro de dez meses.

— Muitas vezes não adianta fazermos muitos planos, porque Deus lá em cima muda tudo — observou Jader, que criticou Antonio Carlos por dar crédito a denúncias que saem na imprensa, o que é um fato comum na vida de todo homem público. Em seguida, leu algumas manchetes em que o presidente do Senado é acusado de corrupção. O senador paraense se deteve por mais tempo tratando das ligações políticas entre Antonio Carlos e o ex-senador Gilberto Miranda, acusado de sonegação, e do esforço que o presidente do Senado teria feito para que o Banco Excel assumisse o falido Banco Econômico. O Excel teria mandado US\$ 100 milhões irregularmente ao exterior.

Jader fez questão de se defender de dois processos em que é acusado de irregularidades administrativas: o caso Aurá, em que teria havido desapropriação de terras inexistentes, e o do Banpará, em que teria ocorrido malversação de recursos do Banco do Estado do Pará. Num episódio como no outro, a Justiça teria arquivado os processos por falta de fundamento, conforme resumos de sentenças lidos pelo presidente do PMDB.

Ademir: confronto mostra a que ponto chegou a base do governo

Em nome da liderança do PSB, o senador Ademir Andrade (PA) disse que o embate entre o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), favoreceu o povo brasileiro porque traduziu a realidade do atual governo, mostrando a briga entre líderes de dois partidos que vêm da base de sustentação de Fernando Henrique Cardoso, "com acusações mútuas extremamente graves".

O senador chamou a atenção para a necessidade de a população ficar atenta ao debate político, ressaltando que, com a compreensão desse debate, a sociedade crescerá politicamente.

— Acho importante que o povo preste atenção em política porque é a essência da nossa vida. Uma sociedade se forma na medida em que seu povo se torna consciente. Uma sociedade com um povo de espírito democrático é uma sociedade com alto senso de justiça social. Quando o povo não procura



Na opinião de Ademir, a sociedade pode aprender muito com o episódio

participar, temos uma sociedade onde a injustiça social tende a ser muito mais elevada — afirmou.

Em aparte, José Alencar (PMDB-MG) discordou das afirmações de Ademir, dizendo que a democracia de hoje é fruto da luta do PMDB e que a discussão entre os dois líderes foi motivo de tristeza.

Para o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), o debate revelou a deterioração da base governista. Ele afirmou que o que se faz no país com o apoio do PMDB e do PFL "é muito mais vergonhoso do que o que ocorreu no Plenário".

A opinião do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) é de que o maior interessado nessa discussão é o governo, que quer desviar a atenção da população dos grandes problemas da nação, como o salário mínimo e o desemprego. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) aproveitou seu aparte para anunciar que o líder sem-terra José Rainha acabava de ser absolvido em julgamento em Vitória, no Espírito Santo.

José Alencar destaca ideário social e nacionalista do PMDB

O senador José Alencar (PMDB-MG) subiu à tribuna no fim da sessão de ontem para defender seu partido das críticas do senador Ademir Andrade (PSB-PA) de não ter uma ideologia definida. "O PMDB é um partido verde-amarelo, defende posições nacionalistas, mas não advoga a presença crescente do Estado na economia porque ficou provado que sua administração é perdulária. Mas é contrário à privatização da Petrobras e das hidrelétricas", explicou.

Alencar lembrou que o PMDB nasceu heterogêneo porque o regime militar obrigou todos os partidos a se juntarem em dois blocos: a Arena, apoiando o governo, e o então MDB, abrindo todas as forças políticas que não aderiram ao regime militar. "Quando essa cami-



José Alencar não aceitou a afirmação de que o seu partido não tem ideologia

sa-de-força foi revogada, saíram do partido o PT, o PDT, o PSB, o PPS e outros. Os que ficaram têm posições políticas semelhantes e sabem defendê-las", afirmou.

O senador acrescentou que o PMDB é um partido com grande consciência social, não hesitando em aprovar projetos que vão melhorar o nível de vida da população, em especial as camadas mais carentes. "Estamos lutando contra juros altos que estão promovendo a maior transferência de riqueza nesses 500 anos de Brasil, do setor produtivo para o sistema financeiro", afirmou Alencar.

Em aparte, Ernandes Amorim (PPB-RO) disse que o Brasil está precisando criar um partido político chamado Partido dos Homens Sérios (PHS), "com inscrição exclusiva para gente honesta".

Freire pede que Conselho de Ética e Ministério Público avaliem caso

Parlamentar solicita o exame das acusações pelos dois órgãos, lamentando a perda de tempo com "debate de pequeno interesse"

Mesmo considerando difícil "chamar à razão" o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), o senador Roberto Freire (PPS-PE) tentou dissuadi-los de promover a troca de acusações feita ontem à tarde no Plenário. Temendo o malogro de sua iniciativa, Freire solicitou, antes mesmo dos pronunciamentos de Jader e Antonio Carlos, que a Mesa enviasse as notas taquigráficas das discussões que seriam travadas por eles à apreciação

do Conselho de Ética e da Procuradoria Geral da República.

Freire lamentou que o Senado, ao contrário dos parlamentos de outros países, ocupados em debater cenários de futuro, como as questões relativas à biotecnologia, esteja envolvido "num debate de pequeno interesse", referente à "banda porre da atividade pública". Para ele, "o clima no Brasil é de embate", mas o confronto entre Antonio Carlos e Jader "não engrandece nem seus contendores nem o Senado".



Para o senador Roberto Freire, "embate não engrandece nem seus contendores nem o Senado"

Heloísa Helena estranha demora dos acusadores para trazer denúncias a público

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) pediu a imediata apuração das denúncias recíprocas dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Jader Barbalho (PMDB-PA). Ela saudou o fato de o país viver tempos de democracia, que permitem o esclarecimento dessas denúncias e acusações.

Na avaliação da senadora, o Senado foi "moralmente provocado", observando que "antes eram denúncias da imprensa, mas agora são acusações feitas por senadores da República". Para Heloísa, é preciso apurar também porque os dois acusadores demoraram tanto para trazer a público as denúncias. "Os dois senadores que agora se acusam foram parceiros e cúmplices durante muito tempo", afirmou.

— Agora caiu um pouco da hipocrisia, da máscara que o Senado sempre usou de Câmara Alta, de casa de senhores de cabelos brancos que nunca deixariam cair o nível dos debates. Isso tudo acabou — completou ela.

Heloísa Helena defendeu a aprovação de um "projeto água sanitária para limpar a sujeira", quebrando o sigilo bancário e fiscal não somente de todos os senadores, mas de seus familiares, sócios "e possíveis testas-de-ferro". "Para que a de-



Heloísa: "Temos a obrigação de apurar tudo e enviar resultado à Justiça"

mocracia não fique desmoralizada, temos obrigação de apurar tudo e enviar o resultado à Justiça para as devidas providências", afirmou a senadora.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a investigação das denúncias deve ser cabal, mas não pode distrair o Senado dos debates realmente importantes como a preocupação com a qualidade de vida do brasileiro e com a garantia de uma remuneração digna e a assistência aos mais carentes.

Para o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), quem ganhou o debate entre Antonio Carlos e Jader foi o ministro da Fazenda, Pedro Malan. "Ele falou no Senado sobre o salário mínimo e será criticado pela imprensa por defender um valor irrisório, mas não na manchete principal", afirmou.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que o presidente Fernando Henrique Cardoso foi quem mais ganhou com a briga entre PMDB e PFL. "Ele usa Maquiavel, dividir para governar", citou o senador. "Parabéns, presidente, o senhor está conseguindo enfraquecer ainda mais o Congresso e os partidos políticos. Poderá editar quantas medidas provisórias quiser."

Amorim quer apoio militar na formação dos jovens

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) conclamou os militares a enviarem sugestões para a elaboração de um projeto de lei que incluía as Forças Armadas na formação da juventude. Para Amorim, a medida permitirá fazer um trabalho de prevenção na educação moral e na preparação da população, evitando que jovens, sem perspectivas, acabem na marginalidade.

Uma das propostas do senador é a redução do serviço militar obrigatório de um ano para seis meses, para atender mais pessoas. Ele também defende a destinação de mais recursos do Orçamento para as Forças Armadas.

O senador, que foi homenageado recentemente pelo Batalhão Pirajá, em Salvador, onde serviu como soldado e foi graduado como cabo, disse que a experiência tornou possível a continuação dos seus estudos.

Filho de lavradores pobres, Amorim se formou em Educação Física pela Universidade Católica da Bahia. "Reconheço com isso a importância da formação recebida no Exército Brasileiro", afirmou o parlamentar.

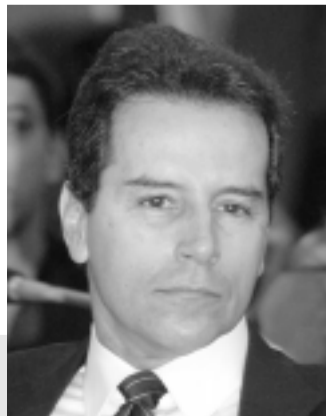


Amorim: Forças Armadas podem afastar jovens da marginalidade

Luiz Estevão defende uso do FGTS para pagar escola

A permissão de saque na conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de anuidade escolar é tema de projeto de lei do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que tramita na Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo. A matéria pretende beneficiar trabalhadores que desejarem pagar, de modo parcial ou total, o valor devido a instituições de ensino privado. Segundo o senador, o deputado Ricardo Noronha também apresentou projeto com a mesma finalidade na Câmara dos Deputados, com o objetivo de agilizar a tramitação da proposta. Estevão chama atenção para o fato de que as necessidades educacionais de muitas famílias têm sido sacrificadas em decorrência do desgaste da atual situação financeira dos trabalhadores e da redução real dos salários. Para o senador, é preciso oferecer aos cidadãos condições favoráveis para que eles possam “manter uma esperança de futuro, que se baseia no conhecimento e na educação”.

Atualmente, a conta do FGTS pode ser movimentada nos casos de despedida sem justa causa, falência de empresas, aposentadoria concedida pela Previdência Social, falecimento do trabalhador e pagamento de prestações decorrentes de contrato de financiamento habitacional.



Estevão: saques do FGTS podem ajudar trabalhadores a pagarem anuidades escolares

Souto pede mudança no repasse de recursos para a área de saúde

Critérios sugeridos pelo senador visam acabar com favorecimento das regiões ricas, que ele considera privilegiadas na distribuição de verbas

Projeto de lei do senador Paulo Souto (PFL-BA) determina que os recursos do Fundo Nacional de Saúde utilizados por estados, municípios e pelo Distrito Federal, destinados a ações e serviços do Sistema Nacional de Saúde (SUS), sejam transferidos diretamente e de forma regular e automática, conforme as cotas previstas em programação e cronograma aprovados pelo Conselho Nacional de Saúde. Estabelece ainda que 75% desses recursos sejam distribuídos segundo o quociente de sua divisão pelo número de habitantes, independente de qualquer procedimento prévio.

A matéria está em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde será examinada em caráter terminativo. Na justificativa do projeto, Paulo Souto argumenta que as transferências desses recursos federais da forma como é feita atualmente, pelo sistema *per capita*, reproduzem o desequilíbrio já existente entre as unidades federadas, favorecendo aquelas com redes de saúde maiores e que possuem tecnologias médicas mais sofisticadas.

– Essas regiões – acrescentou o parlamentar – são favorecidas, em detrimento dos municípios e estados com redes de saúde menos desenvolvidas, que ainda acu-



O projeto do senador Paulo Souto será votado, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Sociais

mulam maior população carente.

O senador citou dados de 1999, segundo os quais os estados da região amazônica receberam menos de R\$ 33 *per capita* para assistência ambulatorial, enquanto os estados do Sul e Sudeste receberam acima de R\$ 40 e a média nacional ficou em R\$ 38. Ele atribui ao sistema atual de pagamento desses recursos a causa dessa desigualdade.

Várias tentativas já foram feitas para equacionar o problema, segundo o senador, como a criação do Piso de Atenção Básica (PAB), mas este mostrou-se insuficiente para corrigir as distorções acumuladas, e o próprio Poder Executivo fica sempre na dependência dos vários conselhos existentes, que tendem a defender e preser-

var os interesses cristalizados em vez de corrigir as distorções e injustiças identificadas.

– O projeto de lei pretende ser uma contribuição para vencer mais essa manifestação do que tem sido chamado de desequilíbrio institucionalizado, impiedosamente vigente no país. Ele visa reinstruir alguns dos dispositivos da Lei Orgânica da Saúde, de setembro de 1990, aprovados no Congresso e vetados pela Presidência da República – disse o senador.

Pela legislação atual, os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) são depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação, e movimentados sob fiscalização dos respectivos conselhos de Saúde.

Moreira sugere nome de ex-governador para aeroporto de Porto Velho

Projeto de lei que dá o nome de Jorge Teixeira de Oliveira ao principal aeroporto da capital de Rondônia (Porto Velho) encontra-se na Comissão de Educação para ser examinado em caráter terminativo. Se aprovado, seguirá para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para exame da matéria pelo Plenário do Senado.

De acordo com o autor da iniciativa, senador Moreira Mendes (PFL-RO), a proposição tem por objetivo homenagear a figura do

coronel Jorge Teixeira, que foi governador do então território federal de Rondônia, cargo que assumiu em 1979. Teixeira, segundo o senador, demonstrou sua incansável disposição de lutar pelo desenvolvimento da região, ajudando a transformar o território em estado.

– Como primeiro governador do estado, ele imprimiu seu dinamismo no processo de criação do aparato institucional que viabilizou o efetivo funcionamento do novo estado, aí incluídas a insta-



Moreira lembrou a importância de Jorge Teixeira de Oliveira na criação do estado de Rondônia

lação do Tribunal de Justiça e da Assembléia Constituinte e a criação do Banco do Estado de Rondônia e da Companhia de Mineração de Rondônia – afirmou Moreira Mendes.



Amorim acha que poderia ser adotada uma “política mais agressiva” para o setor agrícola

Amorim destaca papel relevante da agricultura brasileira

O setor agrícola brasileiro participou, em 1999, com 11% do Produto Interno Bruto (PIB), o equivalente a US\$ 84,8 bilhões, disse o senador Ernandes Amorim (PPB-RO), ao destacar a potencialidade do agronegócio. Apesar do resultado, o senador pediu uma política “mais agressiva” para o setor, a fim de proporcionar melhores resultados na balança comercial.

Segundo o senador, o Brasil detém a maior produção mundial de cana-de-açúcar, laranja, café, mandioca e frutas tropicais e a segunda maior produção de soja, feijão, carne bovina e frango, além de apresentar a terceira maior produção de milho. Com esse desempenho, afirmou, o país apresentou superávit na balança comercial agropecuária de US\$ 7,75 bilhões. “Um desempenho decisivo para o equilíbrio do balanço de pagamentos, já que os demais segmentos da economia apresentaram déficit”, disse.

Amorim afirmou que estudo do BNDES concluiu que, entre os dez setores que mais criam empregos, sete são ligados à agroindústria. Segundo o senador, o Ministério da Agricultura registrou em janeiro deste ano superávit de US\$ 774 milhões no setor. Nos primeiros 20 dias de março, completou, o saldo positivo foi de US\$ 550 milhões.

– O que preocupa é que, apesar do crescimento das exportações, o saldo pode não ser suficiente para reverter o resultado da balança comercial, que deve continuar negativo. Espera-se uma recuperação significativa de preço dos principais *commodities* no mercado internacional, pois o bom desempenho da balança agropecuária foi garantido pelas exportações de papel, celulose e carnes em geral – concluiu.

Norte-americano considera Biblioteca do Senado atualizada

O vice-presidente da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, Donald Lavern Scott, visitou ontem a Biblioteca do Senado Federal. Ele elogiou as instalações da biblioteca, seus recursos gerais, e classificou os serviços *on-line* como "modernos e atualizados". O sistema de informática utilizado na Biblioteca do Senado é, na avaliação de Scott, semelhante ao utilizado na biblioteca americana.

— A estrutura da instituição proporciona aos senadores o acesso

so a todas as informações necessárias no tempo e formato adequados — disse Scott, que ocupa a vice-presidência da Biblioteca do Congresso americano desde 1995.

O objetivo da visita, segundo a diretora da Biblioteca do Senado Federal, Simone Bastos Vieira, é estreitar os laços entre as duas instituições e implementar um possível acordo de cooperação. Donald Scott salientou ser favorável à idéia, ainda que não haja um acordo oficial sobre o assunto.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

0h55 — *Senado em Pauta*
1h — *Cidadania*: Senador Roberto Freire e Luiz Antônio Barreto, da Embrapa, falam sobre os transgênicos
1h55 — *Senado em Pauta*
2h — *Unip*: Alimentação das Crianças
2h25 — *Senado em Pauta*
2h30 — *Jornal do Senado*
2h55 — *Senado em Pauta*
3h — *Cores do Brasil*: Turismo em São Luís do Maranhão
3h30 — *Entrevista*: Senador Nabor Júnior fala sobre a prestação de contas das obras públicas
3h55 — *Senado em Pauta*
4h — *Jornal do Senado*
4h30 — *Unip*: Alimentação das Crianças — 1ª parte
4h55 — *Senado em Pauta*
5h — *TV Escola* — Deficiência mental 3: 4 aos 6 anos: Estimulação Intensiva
5h30 — *Cores do Brasil*: Turismo em Sergipe
5h55 — *Senado em Pauta*
6h — *Cidadania*: Senador Roberto Freire e Luiz Antônio Barreto, da Embrapa, falam sobre os transgênicos
6h55 — *Senado em Pauta*
7h — Seminário "Águas 2000"
8h25 — *Senado em Pauta*
8h30 — *TV Escola* — Deficiência mental 3: 4 aos 6 anos: Estimulação Intensiva
8h55 — *Senado em Pauta*

9h — *Cores do Brasil*: Pirenópolis
9h30 — *Entrevista*: Senador Nabor Júnior fala sobre a prestação de contas das obras públicas
10h — Sessão Plenária (vivo)
Logo após: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
16h — Comissão Mista do Salário Mínimo — audiência com o ministro Waldeck Ornelas (vivo)
Logo após: Conselho de Ética (gravado)
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Comissão Mista do Salário Mínimo — Audiência com o ministro Pedro Malan (gravado)
Logo após: Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
10h — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste — Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação

PROGRAMAÇÃO SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

Zona Franca é feito histórico para a Amazônia, diz Jucá

Senador observa que em 33 anos Manaus se transformou num "vigoroso pólo de empregos", mudando o perfil da região

Um feito histórico para a Amazônia e para o desenvolvimento da indústria e da tecnologia de ponta no Brasil. Assim o senador Romero Jucá (PSDB-RR) classificou a comemoração do 33º aniversário da Zona Franca de Manaus. "Criada em 1967, seu objetivo inicial era estabelecer um pólo industrial integrado ao complexo nacional, com base na redução dos impostos de importação e exportação. Com a instalação da Zona Franca, Manaus se transformou num vigoroso pólo de empregos, criados pelas novas indústrias, o que mudou o perfil daquela região de modo definitivo", assinalou o senador.

Jucá reconheceu que a Zona Franca não foi sempre coroada de sucessos e tem tido altos e baixos devido aos cortes nos incentivos fiscais e à queda na produtividade, "mas está pronta para novos desafios". Segundo



Romero Jucá afirma que Zona Franca está pronta para novos desafios, de acordo com o potencial da região

ele, esses desafios vêm do próprio potencial da região, e a prova disso são as novas frentes de produção, como a de essências naturais e a de *design* tropical. Entretanto, acrescentou o senador, o forte da Zona Franca continua sendo o estímulo a produtos industrializados de ponta e a novas tecnologias.

— Por isso estão sendo implan-

tados, também, um pólo de *software* e outro de componentes odontológicos e médico-hospitalares. Nos próximos três anos espera-se a instalação de 100 empresas em Manaus para atender às indústrias de eletrônica, comércio eletrônico, educação, biotecnologia, telecomunicações, vigilância espacial e brinquedos — revelou.

Projeto de Luzia Toledo altera conceito de terreno de marinha

A senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) apresentou projeto de lei com o objetivo de redefinir o conceito de terreno de marinha e estabelecer um novo critério para a medição de seu alcance. A matéria, enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para decisão terminativa, altera a redação do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que trata dos bens imóveis da União.

Segundo a proposta, são terrenos de marinha, em uma profundidade de trinta e três metros medidos horizontalmente para a parte da terra, da posição da linha do preamar-médio do dia 5 de outubro de 1988, os situados no continente, na costa marítima, nas margens dos rios e lagos, e os que contornam as ilhas situadas em zonas onde haja influência das marés.

Luzia Toledo disse que acolheu o entendimento do senador Amir Lando (PMDB-RO) sobre o assunto. Explicou que a

legislação atual estabelece a linha do preamar-médio do ano de 1831 como o ponto de partida para a medição e definição dos terrenos de marinha. Já sua proposta, explicou a senadora, estatui como ponto de partida para essa medição o preamar-médio do dia cinco de outubro de 1988, data da promulgação da atual Constituição.

Nos demais itens, o projeto da senadora mantém os conceitos da atual legislação, segundo os quais, para efeito da aplicação da lei, a

influência das marés é caracterizada pela oscilação periódica de cinco centímetros, pelo menos, do nível das águas, que ocorra em qualquer época do ano.

— É importante ressaltar que atualmente existe ampla e moderna legislação federal e local de proteção aos ecossistemas situados na orla marítima. Esta proposta busca estabelecer um novo critério, mais adaptado à realidade atual, para a medição do alcance dos terrenos de marinha — salientou Luzia Toledo.



Luzia Toledo defende adoção de novo critério, adaptado à realidade atual



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Dossiê das Ilhas Cayman é “bomba de efeito retardado”, diz Requião

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) alertou para a possibilidade de se descobrir, finalmente, a verdade sobre o dossiê que o pastor Caio Fábio divulgou sobre contas de brasileiros ilustres nas Ilhas Cayman, por ocasião da campanha eleitoral de 1998, e que ficou desacreditado em função de documentação total ou parcialmente falsa.

— Trata-se de uma bomba de efeito retardado, cujo tique-taque já intranqüiliza a mídia brasileira — comentou o senador.

Requião afirmou estar informado de fatos novos sobre o assunto. Segundo ele, o FBI, a polícia federal dos Estados Unidos, pren-

deu uma pessoa que seria procuradora da Hidroservice, empresa de serviços responsável pela canalização do rio Tietê, em São Paulo, de propriedade do ex-ministro Sérgio Motta. Além disso, essa pessoa, chamada Oscar, seria a intermediária de brasileiros com contas em paraísos fiscais.

O senador afirmou que, da leitura de jornais e revistas brasileiros, fica a impressão de que o país está parecendo uma personagem de Gabriel García Márquez (escritor colombiano, Prêmio Nobel de Literatura). E citou: “O corpo estava tão apodrecido que, ao toque de qualquer parte, vertia pus.”



Segundo Roberto Requião, o FBI está avançando na investigação do assunto

Senador quer reintegrar ao Itamaraty diplomata desligado pelo regime militar

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) reivindicou a reintegração na carreira diplomática de Jacques Guilbaud, desligado do Itamaraty durante o regime militar, por ter denunciado superfaturamento na compra do prédio da Embaixada do Brasil em Portugal. A operação serviria para arrecadar recursos para o Serviço Nacional de Informações.

— O diplomata, assustado, informou seus superiores e, para sua surpresa, passou a ser perseguido. Desesperado, Guilbaud pediu asilo no Canadá e, 30 dias depois, foi desligado do Itamaraty, por abandono de emprego — relatou o senador Requião.

Ele acrescentou que encaminhará a documentação de Guilbaud ao senador José Sarney (PMDB-AP), que, na qualidade de presidente da

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, poderá entrar em contato com o Itamaraty para que sejam adotadas as medidas cabíveis. “Ele já enviou correspondências ao presidente Fernando Henrique Cardoso pedindo reparação da injustiça. O presidente também recebeu cartas de Allain Tourraine e do ministro da Educação da França sobre o caso, mas não tomou qualquer providência”, afirmou.

BIOGRAFIA

No mesmo pronunciamento, Requião reafirmou a intenção de apresentar em Plenário a biografia do líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão, elaborada pelo governador do Piauí, Francisco Mão Santa. “Assim que a receber, lerei seu texto em Plenário, escolhendo um dia em que o senador esteja presente”, anunciou.

Juvêncio cobra apoio para pólo siderúrgico em Corumbá

Senador credita à “negligência do governo federal” a falta de incentivos para a implantação do núcleo industrial em Mato Grosso do Sul

O senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) atribuiu à “negligência do governo federal” a falta de incentivos para a implantação de um pólo siderúrgico em Corumbá, em Mato Grosso do Sul, onde se encontram grandes reservas de manganês e de minério de ferro. Segundo o senador, o principal instrumento para a criação definitiva desse pólo siderúrgico seria a construção de uma usina termoeletrica, que seria abastecida pelo gasoduto Brasil-Bolívia.

Juvêncio explicou que o gás boliviano, além de produzir eletricidade, também seria usado pelas siderúrgicas para transformar minério de ferro em ferro-gusa. Ele acrescentou que o preço médio estabelecido nacionalmente pelo governo federal para o gás está prejudicando a economia sulmato-grossense, pois está abaixo do preço cobrado na Bolívia, logo após a fronteira com o Brasil. Segundo Juvêncio, essa diferença nos preços está incentivando a construção de uma termoeletrica no país vizinho e, conseqüentemente, a implantação lá do pólo siderúr-



Juvêncio da Fonseca afirma que o preço fixado para o gás prejudica a economia de MS

gico. “A Aneel já autorizou a importação de energia elétrica (150 MW) da Bolívia pela empresa Tradener Ltda.”, alertou.

Um esclarecimento da Enersul, lido pelo senador, informa que “a usina térmica de Corumbá não pode aceitar o preço médio nacional do gás, previsto nas regras do Programa Prioritário de Termoeletricidade, sob pena de perder competitividade frente aos concorrentes que se instalam no

lado boliviano”. O documento também confirma a autorização concedida pela Aneel à Tradener Ltda., um consórcio formado pelo grupo Monteiro Aranha, Empresa Elétrica Corani S.A. e Companhia Paraense de Energia.

Para evitar a transferência do pólo para a Bolívia, Juvêncio disse ter apresentado emenda pessoal ao Plano Plurianual de Investimentos (PPA), já aprovada na sub-relatoria, no valor de R\$ 18 milhões, para a construção de um minigasoduto de 30 quilômetros, ligando Puerto Suárez a Corumbá, que viabilizará o pólo siderúrgico. “Uma solução simples, barata e possível, que vai enriquecer a industrialização de Mato Grosso do Sul”, afirmou o senador.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) lembrou que havia uma grande mina de manganês na serra do Navio, no Amazonas, que foi explorada por uma empresa estrangeira até o total esgotamento. Jefferson também apoiou a iniciativa de Juvêncio, “para que não reste apenas uma enorme cratera” em Corumbá.

Telma Siqueira Campos é empossada e promete defender famílias humildes

Ao ser empossada ontem pelo presidente do Senado na vaga do senador licenciado Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), a senadora Telma Siqueira Campos (PFL-TO) declarou que vai dedicar seu mandato à defesa da família brasileira.

— Que a minha voz desta tribuna possa se traduzir em proposições de ações, dentro das políticas públicas brasileiras, que amparem e fortaleçam as famílias, em especial as famílias humildes, que precisam de oportunidades para vencer na vida e criar seus filhos com dignidade — enfatizou a parlamentar.

Telma Siqueira Campos traçou um rápido histórico de seus 20 anos de atuação na área social. Ela começou na extinta Legião Brasileira de Assistência, passan-



Telma promete se empenhar para que as famílias, “em especial as humildes, criem seus filhos com dignidade”

do pela Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência, pela Secretaria do Trabalho e Ação Social, no seu estado, e ainda pela Secretaria do Desenvolvimento Comunitário, em Palmas,

capital do Tocantins.

Em seu primeiro pronunciamento, Telma Siqueira Campos lembrou que o povo do Tocantins deu a “maior votação proporcional” do país ao seu irmão, senador Eduardo Siqueira Campos, e registrou, emocionada, a presença do pai, governador Siqueira Campos, “que deu a vitória a seu povo, criando o estado do Tocantins como deputado constituinte em 1988”. A senadora prestou ainda uma homenagem à mãe, Aurenny, “defensora da família”, afirmando que gostaria de ser como ela.

Ao final do discurso, Telma Siqueira Campos espargiu no Plenário água do rio Tocantins para que pudesse se sentir “em casa”, dizendo, em idioma xerente — língua falada pelos índios locais: “Co yve ore retama”, o que significa “esta terra é nossa”.